

Quem diria, é o fim dos "jumbos"

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

Se a credibilidade do Brasil melhorou tanto junto à comunidade financeira internacional nos últimos doze anos, como afirmam as autoridades econômicas, por que o governo desistiu tão cedo dos US\$ 2,5 bilhões que estava pretendendo pedir emprestado aos bancos credores para completar o pagamento dos juros em 1985? Pode parecer que o ministro Ernane Galvão, da Fazenda, e o presidente do Banco Central, Affonso Pastore, de repente descobriram que o modelo mexicano de negociação da dívida externa seja o melhor para o Brasil — mas por que só agora?

A verdade é que os banqueiros fizeram pé firme e não aceitaram dar nenhum centavo a mais sob a forma de **new money**, obrigando o Brasil a programar a queima de boa parte das reservas externas que conseguiu acumular este ano (graças, principalmente ao arrocho interno nos salários e à inflação resultante da

maxidesvalorização de 1983 e das liberações da contrapartida dos dólares aos exportadores). Se o País está com US\$ 7 bilhões em caixa, não precisa de US\$ 2,5 bilhões para completar o pagamento de aproximadamente US\$ 12 bilhões de juros em 1985 — raciocinam os banqueiros.

Em contrapartida, eles aceitam dilatar o prazo das amortizações que vencem a partir de janeiro, incluindo provavelmente os débitos programados para os quatro anos seguintes, e admitem cobrar taxas de risco ligeiramente abaixo dos níveis atuais. No final da história o governo vai dizer que deixou uma dívida externa renegociada em boas condições para seu sucessor, etc. Só que o principal ponto desta questão não foi nem tocado, porque os credores não admitem nem conversar sobre isso: os pagamentos de juros da dívida externa ter-ao que continuar religiosamente em dia, sem qualquer

perspectiva de se renegociar estes compromissos e muito menos de se obter taxas fixas.

Com isso, o provável Governo Tancredo Neves vai começar sabendo que não conseguirá resolver o problema econômico do País, já que no Centro desta crise está a transferência maciça de renda para o exterior, sob a forma de juros dependentes das taxas norte-americanas. A esperança de se renegociar globalmente a dívida externa, refinanciando também os juros, foi por água abaixo desde que o Governo Alfonsín não conseguiu nada apesar da eleição direta na Argentina, etc. Resta saber o que poderá ser feito em termos de retomada do desenvolvimento econômico e distribuição de renda sem interromper a drenagem de dólares para os Estados Unidos, que só este ano corresponderá a uns US\$ 33 trilhões — ou quase 9% de toda a riqueza produzida pelos brasileiros este ano.